



## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

### MEMÓRIA TÉCNICA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CT-SAN

<b>SIGLA DA CT/GT:</b>	<b>Câmara Técnica de Saneamento (CT-SAN)</b>
<b>Reunião:</b>	26ª Reunião Ordinária
<b>Data:</b>	17/08/2022
<b>Local:</b>	Realizada por videoconferência, através da plataforma Google Meet. Link da videoconferência: <a href="https://drive.google.com/file/d/1qOGDg-XaCCZQjBOZDJADIS_cH0LDwjh/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1qOGDg-XaCCZQjBOZDJADIS_cH0LDwjh/view?usp=sharing</a>
<b>Pauta:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Abertura.</li><li>2. Análise sobre a adesão dos municípios da UGRHI 10 aos blocos estabelecidos pela Lei Estadual nº 12.383/2021: 2.1. Apresentação da relação e consequências jurídicas – Dra. Milena Ferreira Santos, advogada com foco em saneamento básico e infraestrutura, presidente da Comissão de Direito ao Saneamento Básico – OAB Sorocaba; 2.2. Visão da ARES-PCJ e análise jurídica – Dr. Carlos Roberto de Oliveira, doutor e mestre pela USP, Diretor da Agência Reguladora de Saneamento ARES-PCJ.</li><li>3. Atualização sobre o andamento da revisão dos Planos de Saneamento e do Plano Regional de Resíduos Sólidos - CERISO;</li><li>4. Informes;</li><li>5. Encerramento.</li></ol>
<b>Assunto(s) em discussão:</b>	<p>Após a abertura da reunião, a coordenadora da Câmara Técnica de Saneamento, Sra. Eleusa Maria da Silva cumprimentou a todos e deu início à reunião.</p> <p><b>2.1</b> Dra. Milena Ferreira Santos, advogada, especialista em saneamento básico e infraestrutura, presidente da Comissão de Direito ao Saneamento Básico – OAB Sorocaba fez a apresentação da relação e consequências jurídicas.</p> <p><b>2.2.</b> Dr. Carlos Roberto de Oliveira, doutor e mestre pela USP, Diretor da Agência Reguladora de Saneamento ARES-PCJ apresentou a Visão da ARES-PCJ e análise jurídica. A Coordenadora da CT-SAN ficou surpresa que nenhum dos 35 municípios da bacia fizeram adesão, e que tem um volume muito grande SABESP, que precisa continuar acompanhando. Dr. Carlos esclareceu que os recursos financeiros que estarão ali disponíveis que a resposta está no Decreto 10588, que fala sobre a regularização das operações de apoio de crédito, coloca o consórcio como opção, que pode ter região metropolitana, aglomerado urbano, pode ter bloco de referência e os consórcios também podem ter essa função regionalizadora. Informou que no Estado de São Paulo está acontecendo um movimento no Noroeste Paulista de alguns municípios que estão pensando criar um consórcio de prestação de serviço, que inicialmente seria formado por São José do Rio Preto, Votuporanga, Barretos, que teriam consórcio de prestação, e aí teriam depois um planejamento integrado com uma regulação integrada. Sobre o papel da agência, que a agência tem um papel secundário, porque depende de um contrato para que possa fiscalizar e acompanhar. Tem hoje o problema que é a falta de capacitação dos Municípios</p>

na negociação dos contratos. Sobre pensar o futuro, eventos extremos, mudança climática que isso ficou também na Lei com metas muito claras de perdas. Sra. Milena# disse que as perdas é um assunto muito relevante agora, a diminuição dessas perdas, porque não vai ter mais fonte de água por conta de escassez hídrica, então são necessárias as metas de redução de perdas e de melhorias no processo. Que a questão das perdas vai ser um dos grandes desafios dos investimentos daqui para frente dos Municípios para que consigam abranger mais ainda a sua capacidade de distribuição de água sem precisar aumentar a captação no recurso natural. Sra. Viviane Rodrigues de Oliveira, SOS Ituparanga perguntou se na revisão da Lei está prevista a participação dos Comitês de Bacia nesse momento de revisão. Dra. Milena Ferreira Santos esclareceu que está obscuro isso ainda, como é muito recente esse anúncio da revisão, a ideia é pelo que foi falado na audiência pública de junho é que sejam chamados os Comitês.

**3.** Os representantes da CERISO fizeram apresentação sobre a atualização sobre o andamento da revisão dos Planos de Saneamento e do Plano Regional de Resíduos Sólidos. Relatou que é muito comum nos Municípios problemas com descarte irregular de resíduos sólidos. O Plano é composto de 29 Municípios. Falou sobre os princípios norteadores do Plano. Mencionou as etapas principais do Plano. Passou pela etapa de planejamento e revisão dos planos. Depois passou para etapas de diagnósticos, em seguida passou pelos prognósticos. Vão acontecer as oficinas de prognósticos e serão comunicadas as datas quando forem agendadas. Na Etapa atual foram feitas projeções demográficas para todos os municípios. Sr. Alcebíades Junior Duarte, Diretor de Saneamento da Prefeitura de Araçoiaba da Serra reforçou sobre o percentual de atendimento das novas metas da Lei 14026, deu o exemplo de Araçoiaba, que é dividida em cinco bacias, que até no contrato de concessão consta o atendimento individualizado, embora algumas bacias estejam deficientes de atendimento de metas contratuais, as bacias isoladas que são aquelas áreas mais rurais também estão com bastante defasagem, quando faz um plano de saneamento que divide o município nessas bacias, consegue atender o município em todo, não só pelo número de população. Ocorre que tem bacias isoladas, mais duas bacias também que não foram atendidas e que fazem parte da área rural, que mesmo Araçoiaba atingindo essas metas, esse pessoal vai ficar sem atendimento, que é bom se atentar a isso, fazer essa divisão no Plano, como já foi feito no contrato de concessão. Observou também que se tem um problema grave de água superficial e água subterrânea, que é péssimo o município em água subterrânea. Sr. Waldnir Gomes Moreira, Fundação Florestal comentou sobre a importância das pessoas participarem das audiências. Sugeriu fazer uma reunião específica para apresentar aos gestores e não simplesmente cobrar a taxa tarifa, eles comprovarem a sustentabilidade. Representante da CERISO mencionou que mobilizar as pessoas para as audiências é muito difícil, que a população brasileira não tem ainda o costume de participar do planejamento estratégico do município. Que foi feita uma reunião com maior número de pessoas. Esclareceu sobre aos dados financeiros da tarifa, que ali tem um diagnóstico. Ressaltou que é importante o grupo executivo local e as pessoas pontuarem, contribuírem, porque é necessária essa realidade. Pontuou que o objetivo das oficinas não é o de audiência pública, é aberta ao público, mas o objetivo principal de acordo com o termo de referência é de realmente fazer alinhamentos prévios e para que ela seja apresentada em

	<p>audiência pública no final. Destacou a importância de garantir que o processo foi participativo. A respeito da revisão do novo Marco Legal, tentará abranger todas as questões qualitativas e compatibilizar com a situação de crise hídrica, por isso que é importante esse retorno também da concessionária, das pessoas, elas pontuando. Em relação à divisão dos territórios foi feita uma projeção populacional. Destacou a importância de a prefeitura trabalhar com a educação ambiental, trabalhar nas escolas, que irá fortalecer nos cidadãos esse compromisso da reciclagem. Que é importante as audiências públicas serem presenciais. É preciso que haja propostas de ações de acompanhamento ao longo do processo de implementação do Plano, para que realmente as ações possam ser efetivas, ou que elas possam alteradas quando não der certo, é para isso que serve os indicadores. Informou que com certeza irá colocar alguma coisa em relação aos grandes geradores de resíduos, o Município pode coletar aqueles resíduos, mas o Município pode cobrar por essa coleta. É importante que os Municípios tenham uma regra clara, e uma fiscalização absoluta sobre esse tipo de serviço. Primeiro identificar esses geradores de grande volume de resíduos e ter uma regra específica para ele.</p> <p><b>4.</b> Sra. Ildeia Maria de Souza, Plenu perguntou sobre a questão de Mairinque, que os prazos da concessionária estão todos vencidos para tratar o esgoto de Mairinque. Solicitou que fosse marcada uma reunião para que a Saneaqua pudesse apresentar os dados sobre tratamento de esgoto de Mairinque. Sra. Eleusa Maria da Silva, Coordenadora da CT-SAN informou que esteve em uma reunião e que realmente a coleta está sendo feita em 35% do município apenas, que eles têm dificuldades para implantar a coleta em outras regiões. Que com relação à qualidade, ainda não tem o resultado da CETESB. Que inclusive a Saneaqua disse que eles têm dificuldade para chegar em outros pontos do município em razão do uso e ocupação do solo. Terá que ser feito um levantamento a questão de todos os municípios da bacia, e aí sim chamar para uma reunião. Sr. Waldnir Gomes Moreira, Fundação Florestal informou que até o próximo mês irão ocorrer as renovações dos Conselhos Gestores por mais um período, solicitou que o pessoal fique atento para entrega de documentação no prazo.</p> <p><b>5.</b> Nada mais havendo a tratar, a Sra. Eleusa Maria da Silva, Coordenadora da CT-SAN agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 26ª Reunião Ordinária da CT-SAN.</p>
<p><b>Responsável pela redação:</b></p>	<p>FABH-SMT</p>

<p align="center"><b>LISTA DE PRESENÇA</b></p>		
	<p><b>Nome</b></p>	<p><b>Instituição</b></p>
1	Ricardo Tierno	ABES / Sociedade Civil
2	Eleusa Maria da Silva	OAB Votorantim / Sociedade Civil
3	Ildeia Maria de Souza	Plenu / Sociedade Civil
4	Waldnir Gomes Moreira	Fundação Florestal / Estado
5	Lauren Ellen da Silva	Águas de Votorantim S/A / Sociedade Civil



## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

6	Solange Guerra Bueno	SESP / Estado
7	Carlos Roberto de Oliveira	ARES-PCJ / Regulação
8	Milena Ferreira Santos	OAB Sorocaba / Saneamento Básico
9	ALCEBIADES DUARTE JUNIOR	PREFEITURA DE ARAÇOIABA / Município
10	Maria Otilia Garcia Tomazela	CERISO / Sociedade Civil
11	Raissa Vitareli Assunção Dias	Consórcio COBRAPE-MYR / Coordenadora do contrato para revisão de PMSB junto ao CERISO
12	Natália Zanetti	FABH-SMT / Sociedade Civil
13	Viviane Rodrigues de Oliveira	SOS Itupararanga / Sociedade Civil
14	Gláucia Cristiane de Sousa	Prefeitura de Cabreúva - Secretaria de Meio Ambiente / Poder Público
15	Sara Corrêa Appendino	SAAE Salto / Município
16	Palani Magalhães Chaves	Águas de Araçoiaba AS / Saneamento
17	Ana Paula Maria Regra	Prefeitura de Cabreúva / Secretaria de Meio Ambiente / Município